

Cardoso não evitará as medidas impopulares

Brasília — Luiz Antonio

■ Para defender Plano Real, presidente se diz disposto a tomar decisões duras

BRASÍLIA. — Em sua primeira entrevista coletiva à imprensa desde a posse, o presidente Fernando Henrique Cardoso detalhou cada uma das propostas de reforma à Constituição, que começaram a ser enviadas ontem ao Congresso Nacional. Cardoso avisou que está disposto a tomar medidas que possam parecer impopulares para manter a estabilidade do Real. “Eu nunca tive receio da impopularidade momentânea, porque eu não sou demagogo. Quando eu tomo uma medida, pelo menos estou convencido de que essa medida terá um alcance positivo”, disse o presidente.

O presidente declarou, no entanto, que recuará de suas decisões sempre que julgar necessário ou lhe provarem que está errado. “Recuo sem temer também manchetes que digam que recuei. Só não recua quem não tem senso de responsabilidade. E nas batalhas, quem não recua, perde.”

Lobby — Enfático, o presidente disse que vai enfrentar o “bicho-papão” dos lobbies “pagos pelo serviço público”, que, segundo ele, são os mais organizados do país. Para Fernando Henrique, a oposição às reformas parte, principalmente, de minorias privilegiadas que se apresentam com a “etiqueta de povo”.

Bem-humorado durante a maior parte das duas horas de entrevista, Fernando Henrique perdeu a paciência em dois momentos. Em um deles, quando um repórter lhe perguntou como o “cidadão Fernando Henrique” faria para sobreviver com o salário mínimo de R\$ 70. O presidente foi ríspido e classificou a pergunta de “demagógica”, mas admitiu que, com essa quantia, “não sobreviveria”. Irritado, Cardoso afirmou que o atual valor do salário mínimo é “uma vergonha, inaceitável, insuportável” e que, por isso mesmo, as reformas são necessárias. “Por isso temos que ser sérios e não engraçadinhos”, reagiu o presidente.

Monopólios — Fernando Henrique aborreceu-se também com uma pergunta do correspondente da agência de notícias inglesa Reuters sobre supostas queixas de empresários brasileiros e estrangeiros quanto à limitação das reformas, principalmente no que diz respeito à quebra dos monopólios estatais das telecomunicações e do petróleo. “Isso não são queixas, são interesses. Eu tenho que cuidar do interesse nacional. Eles cuidam dos deles”, respondeu o presidente.

Foram as reformas o ponto central de todo o discurso de Fernando Henrique, tanto no pronunciamento inicial de 35 minutos quanto na entrevista coletiva. Para o presidente, as reformas são a “continuidade daquilo que o país deseja”. “Estou apenas dando continuidade àquilo que me foi hoje delegado pelo povo brasilei-

ro, ao votar em mim. Votou sabendo que nós vamos fazer as mudanças. Votou porque quer as mudanças. Votou porque está confiante de que essas mudanças são para melhorar o Brasil”, afirmou Fernando Henrique. Sem as reformas, avisou o presidente, “não se assegura nem a estabilidade nem o crescimento econômico, não se acaba com o clientelismo nem se limita o corporativismo, e não se garante uma aposentadoria digna para os trabalhadores”.

Audácia — Ao defender as reformas, o presidente afirmou que as emendas propostas não são tímidas. “Elas têm a audácia que o momento requer”, justificou. Na questão da flexibilização dos monopólios estatais, por exemplo, ressaltou a importância da participação dos capitais privados nesses setores e criticou a pressão dos governadores do Nordeste para que o governo tome uma decisão política a respeito da instalação de uma refinaria na região.

“Nós temos que nos acostumar a despolitizar essas decisões, porque as decisões dessa magnitude, quando revestidas de um caráter político, acabam tendo um

“Sem as reformas, não se assegura a estabilidade, o crescimento econômico e a aposentadoria digna”

custo elevado para o país”, reclamou o presidente, que classificou de “deformação” a maneira como os governadores nordestinos estão disputando a refinaria. “O que eu não posso é empenhar o Tesouro numa decisão de cunho político, porque o Tesouro é o povo, o suor dos trabalhadores, da classe média e dos empresários”, afirmou. “A decisão tem que ser de risco de mercado”, completou.

Privatização — O presidente também falou das outras propostas relativas à ordem econômica — primeiro tópico a ser apreciado pelo Congresso no conjunto de reformas — e garantiu que o processo de privatização será apressado. Segundo ele, a agenda de mudanças não se esgotará com as emendas relativas às três áreas fundamentais das reformas — ordem econômica, previdenciária e tributária. Ele fez questão de dizer, no entanto, que o governo pretende reformar apenas os pontos que considera essenciais para o país. “Não estamos querendo reformar tudo, porque quem quer reformar tudo, não reforma nada”, concluiu.

Fernando Henrique também explicou o que quis dizer quando, durante conversa com sindicalistas esta semana, referiu-se aos “nhenhens” dos que insistem em classificá-lo de neoliberal. Para ele, no Brasil, essa qualificação aplica-se a quem quer o Estado fora de tudo e que a afirmação não tem tradução prática. “É ideologia pura, alguma coisa que só vive nas nuvens, nas palavras. Eu acho que quando as coisas não têm tradução prática, são nhenhêms. Você usa rótulos, rótulos, rótulos e fica nefelibático.”



Na primeira entrevista coletiva depois da posse na Presidência, Fernando Henrique chamou de “nefelibatas” os que o classificam de neoliberal